



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2018

PAe/SEI nº: 0010952-36.2017.4.01.8000

Órgão Gerenciador TRF1 - Código UASG: 090027

Órgãos Participantes:

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ –
CAMPUS ITAITUBA – UASG: 158567**

JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/AM – UASG: 090002

2º BATALHÃO DE INFANTARIA DE FUZILEIROS NAVAIS – UASG: 795130

SECRETARIA GERAL DO EXERCITO/MEX/DF – UASG: 160090

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – UASG:
100001**

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF – UASG: 060001

BGP-BATALHAO DE GUARDA PRESIDENCIAL/ME – UASG: 160059

JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/GO – UASG: 090022

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – PA – UASG: 090003

COMANDO DA 11ª. REGIAO MILITAR-MEX/D – UASG: 160065

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – UASG: 925942

JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/RR – UASG: 090039

O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**, por intermédio da Pregoeira designada pela [Portaria Diges/Secad n. 549, de 18 de outubro de 2017](#), torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, do tipo menor preço, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio de tecnologia da informação, obedecidos aos preceitos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Resolução TRF 1ª Região n. 15, de 02.10.2000, alterada pela Resolução 600-07 de 15.08.2003, aplicando-se subsidiariamente as

disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a eventual **aquisição de PAPEL A4 - branco e reciclado**, de acordo com especificações e quantidades constantes do Anexo I deste Edital.

1.2 - Observe-se que **as especificações contidas no Edital SEMPRE prevalecerão** em relação àquelas contidas no código BR, do Portal de Compras Governamentais.

2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 25/01/2018

Horário: 14:00 horas (horário de Brasília)

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico, todos os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e que estiverem devidamente credenciados no *site*: www.comprasgovernamentais.gov.br; **com exceção dos itens 03 e 04 (Cotas Reservadas), que será destinado exclusivamente, a microempresas e empresas de pequeno porte**, em conformidade com o disposto no art. 8º do Decreto 8.538/2015.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3 - O credenciamento junto ao Portal de Compras Governamentais implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 - A licitante deverá manifestar, em campo próprio:

- a)** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- b)** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

c) que não emprega menor;

d) que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/2014, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, quando for o caso;

e) que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

3.6 - Não será permitida a participação de empresas:

a) que estejam sob pena de interdição de direitos previstos **na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais)**;

b) **que não se enquadrem na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, exceto para os itens 01 e 02 (Cotas Principais)**, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto 8.538/2015.

c) reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d) em recuperação judicial ou extrajudicial, que se encontre em processo de concordata ou com falência decretada, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

e) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os Órgãos Participantes, nos termos do art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

f) impedidas de licitar e contratar com a União e o Estado do Pará, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;

g) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93.

h) proibidas de contratar com o Poder Público, em decorrência de condenação definitiva com fundamento na Lei 8.429/1992 (consulta ao banco de dados do CNJ: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade – CNCIAI).

3.7 - Incluem-se na vedação estabelecida no subitem anterior, as hipóteses previstas no art. 9º da Lei 8.666/93.

4 - DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

4.1 - A Pregoeira e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:

a) no horário estabelecido no item 02 deste Edital a Pregoeira efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.comprasgovernamentais.gov.br;

b) classificadas as propostas, as licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

c) encerrada a fase de lances, o sistema identificará a existência de Microempresa e Empresas de Pequeno Porte - ME/EPPs no Certame e fará uma comparação entre os valores por elas ofertados e o da primeira colocada, caso esta não seja ME/EPP;

d) será considerado empate quando uma ou mais ME/EPPs apresentarem propostas com valores iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada, ocasião em que a(s) ME/EPP(s) terá(ão) a preferência do desempate na ordem de classificação;

e) a ME/EPP mais bem classificada, na faixa dos 5% da proposta de menor preço, terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate, sob pena de decair do direito concedido;

f) na hipótese da alínea anterior, caso a ME/EPP convocada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação;

g) em atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto 8.538/2015, os itens 03 e 04 foram reservados, exclusivamente à ME/EPP, cujo quantitativo equivale a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do total inicialmente estimado para os itens 01 e 02 (Cotas Principais) devendo ser observado os seguintes critérios:

I - não havendo vencedor para os itens 03 e 04 (Cotas Reservadas), estas poderão ser adjudicadas ao(s) vencedor(es) dos itens 01 e 02 (Cotas Principais), ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratique os preços dos primeiros colocados.

II - se as mesmas empresas vencerem os itens 03 e 04 (Cotas Reservadas) e os itens 01 e 02 (Cotas Principais) as contratações de quaisquer das cotas deverão ocorrer pelo menor preço.

III - haverá prioridade de aquisição dos itens 03 e 04 (Cotas Reservadas), sobre os quantitativos registrados na Ata para os itens 01 e 02 (Cotas Principais) ressalvados os casos em que as cotas reservadas forem inadequadas para atender as quantidades ou as condições dos pedidos.

h) não havendo ME/EPP ou quando não for exercido o direito previsto na alínea “e”, a Pregoeira examinará a compatibilidade do menor preço ofertado com o valor estimado para a contratação. Não sendo aceito, a Pregoeira, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do preço ofertado;

i) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, a Pregoeira recusará a proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

j) obtida uma proposta de preços julgada aceitável, a Pregoeira consultará a base de dados do SICAF para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital;

k) constatado o desatendimento, pela licitante, de qualquer dos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias, por parte das remanescentes, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital;

l) encerrada a fase de habilitação e, não havendo quem pretenda recorrer, a Pregoeira adjudicará o objeto em favor da licitante julgada vencedora;

m) manifestando, qualquer das licitantes, a intenção de recorrer, e caso esta seja aceita, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

n) no ato da homologação o sistema convocará as licitantes remanescentes, que poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, para formação do cadastro reserva. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada (art. 10, caput e parágrafo único, art. 11, caput, inciso I e §1º do Decreto 7892/2013).

4.2 - Caso entenda necessário examinar, mais detidamente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá a Pregoeira suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, a data e o horário de reabertura da Sessão Pública.

4.3 - A Pregoeira e a autoridade superior do Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento, sendo vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

5 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

5.1 - A licitante interessada em participar do Certame deverá cadastrar sua proposta com a descrição completa do objeto ofertado, marca e o preço unitário de cada item, com apenas duas casas decimais, em moeda corrente nacional, exclusivamente, por meio eletrônico no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br, a partir da data da liberação do edital no Portal de Compras Governamentais, até a data e hora de abertura da Sessão Pública.

5.2 - Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, **deverá encaminhar**, exclusivamente, via sistema eletrônico, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “Enviar Anexo”, **a proposta ajustada ao valor do lance ou da negociação, bem como os documentos de habilitação constantes do item 7 deste Edital, no prazo estipulado pela Pregoeira**, com observância das seguintes condições:

a) redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) indicar de modo claro e inequívoco o número deste Pregão, o dia e hora da realização da sessão pública, bem como os seguintes dados da licitante: endereço, e-mail, telefone, **nome e os números dos documentos (RG e CPF) do representante legal da empresa, responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços;**

c) conter especificações claras e detalhadas do objeto licitado, **indicando marca, modelo**, informação técnica e referência do produto ofertado, que deverão ser os mesmos informados na proposta registrada no Portal de Compras Governamentais, **bem como a imagem do produto, obedecidas às especificações contidas no Anexo I deste Edital e seus Anexos;**

d) informar o **prazo de validade da proposta**, que **não** poderá ser **inferior a 60 (sessenta) dias**, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 deste Edital;

e) consignar os preços unitários e totais, conforme modelo de Planilha para Formulação de Preços, constante do Anexo II deste Edital, adequando-os ao último lance ofertado ou valor negociado. Observe-se que os **lances deverão ser ofertados pelo valor unitário proposto para cada item**, com no máximo duas casas decimais;

f) prever o **prazo de entrega dos materiais**, não superior a **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho;

g) fixar **prazo de garantia** contra defeito de fabricação não inferior a 12(doze) meses, contadas a partir do recebimento definitivo, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pelo TRF;

h) apresentar, **juntamente com a proposta, certificação emitida pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil ou CERFLOR (INMETRO) do fabricante dos papéis**, como comprovação de atendimento aos atributos de sustentabilidade, exigidos neste Edital e seus Anexos;

i) declarar na proposta, de acordo com a condição da empresa, que não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais);

j) incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da operação de venda, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação dos fornecimentos na forma prevista neste Edital.

5.3 - Nos casos em que forem detectados erros materiais nas propostas apresentadas, durante a análise da aceitação, a Pregoeira poderá determinar à licitante vencedora, ajustes formais, nos termos do § 3º, art. 26 do Decreto 5.450/05.

5.4 - A pedido da licitante, via chat e justificadamente, o prazo concedido para envio do anexo a que se refere o subitem 5.2 poderá ser prorrogado pela Pregoeira, levando-se em conta o interesse deste Tribunal, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

5.5 - Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. Entretanto, após iniciada a sessão, a licitante que **abandonar o certame** ou **deixar de enviar** a documentação indicada no subitem 5.2, no prazo estipulado, sem que tenha apresentado justificativa aceita pela Pregoeira, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á à aplicação de penalidade**, na forma do subitem 12.5 deste Edital.

5.6 - A participação no Certame e a apresentação da proposta implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito a arguição de omissões, enganos ou erros posteriores, que encerrem a pretensão de alterar o valor ofertado.

5.7 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

6 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

6.1 - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2 - Os lances deverão ser formulados pelo **VALOR UNITÁRIO** proposto para o **ITEM**.

6.3 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.4 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.6 - Durante o transcurso da sessão pública a Pregoeira enviará mensagens, via chat, às licitantes, que só poderão se comunicar com a Pregoeira por iniciativa desta, após o encerramento da fase de lances.

6.7 - No caso de desconexão, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8 - Quando a desconexão referida no subitem anterior, persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira às participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.9 - A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após, transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 28 do Decreto n. 5.450/05.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitar-se na presente licitação, a licitante deverá incluir em conjunto com a proposta de preços, por meio da opção “Enviar Anexo” do Portal de Compras Governamentais, os documentos que não estejam contemplados no SICAF, conforme a seguir:

- a) Documentação de Habilitação Jurídica;
- b) Documentação de Qualificação Econômico-Financeira;
- c) Documentação de Regularidade Fiscal.

7.2 - A **habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

7.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com a última alteração, devidamente registrado no órgão competente ou registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.1.1 - Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

7.2.2 - Documento de Identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF do Representante Legal da empresa, para fins de assinatura do Contrato e demais documentos solicitados neste Edital.

7.2.2.1 - Caso o Representante Legal, acima referido, não esteja contemplado para tal no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração, com autenticação em cartório, dando-lhe poderes para a assinatura do Contrato.

7.2.3 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.3 - A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação da certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para comprovação da alínea “d” do subitem 3.6 deste Edital.

7.4 - A **regularidade fiscal** será comprovada mediante consulta, da Pregoeira, ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

7.4.1 - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

7.4.2 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

7.4.3 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

7.4.4 - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal.

7.5 - Havendo irregularidade no cadastramento ou habilitação parcial no SICAF, será assegurado à licitante, o direito de encaminhar a documentação atualizada constante dos subitens 7.4.1 a 7.4.4, por meio da opção “Enviar Anexo” do Portal de Compras Governamentais, no prazo estipulado pela Pregoeira.

7.5.1 - Caso a validade dos documentos citados nos subitens 7.4.1 a 7.4.4 esteja vencida no SICAF, poderá também, a Pregoeira, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões para verificar as condições de habilitação das licitantes.

7.6 - Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal da empresa, será assegurado o prazo constante do art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/2006, de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Pregoeira, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.6.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

7.7 - Além da documentação descrita nos subitens anteriores, a Pregoeira irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 – Plenário-TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ, e consultará a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07/07/2011.

7.7.1 - Havendo alguma restrição relativa aos registros da empresa, será facultado à licitante, o envio de documento que comprove que a situação já foi regularizada.

7.7.2 - A Pregoeira verificará ainda, nos Portais da Transparência do Governo Federal e do Poder Judiciário, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante classificada, provisoriamente em primeiro lugar, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data desta licitação, fixada neste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para o benefício do tratamento jurídico diferenciado, previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

7.8 - Sempre que julgar necessário, a Pregoeira poderá solicitar a apresentação do original dos documentos apresentados pela licitante, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados **por ITEM**.

8.2 - No julgamento desta licitação levar-se-á em consideração o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pela Pregoeira.

8.3 - Serão desclassificadas/recusadas as propostas:

a) com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;

b) que não indicarem marca ou mencionarem mais de uma marca para o mesmo item;

c) que não apresentarem amostras no prazo estipulado ou que, as tendo apresentado, estas não tenham atendido as exigências técnicas obrigatórias;

d) elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, observado o disposto no art. 26 § 3º, do Decreto 5.450/2005;

e) não anexadas nos termos do subitem 5.2 do Edital.

8.3.1 - A proponente que fizer indevida declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às penalidades previstas neste instrumento.

8.4 - Poderá o setor requisitante, quando da verificação da conformidade das propostas com os requisitos fixados no Edital, solicitar a apresentação de amostras dos materiais ofertados.

8.4.1 - Havendo solicitação, as amostras deverão ser apresentadas no **prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da requisição**, atendendo a todas as especificações técnicas exigidas, devidamente identificadas com o número da licitação, CNPJ, nome da licitante e o número do item, **sob pena de recusa da proposta**;

8.4.2 - A amostra solicitada no item anterior, acompanhada de documento hábil para transporte, deverá ser entregue para a análise da Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, Edifício Adriana, Brasília-DF, mediante recibo, de segunda à sexta, **das 09h00 às 18h00**.

8.4.3 - O material recebido como amostra será testado e deverá apresentar qualidade de impressão e de cópia, sem ocorrência de problemas, como atolamento do papel na impressora, desgaste de material, e/ou danos aos equipamentos.

8.4.4 - O Tribunal Regional Federal da 1ª Região se reserva ao direito de exigir apresentação de uma amostra da caixa de papelão utilizada para acondicionamento do produto.

8.4.5 - A amostra deverá ser apresentada na embalagem original do fabricante, onde possam ser verificadas informações quanto às suas características tais como, data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo (quando for o caso).

8.4.6 - Em se tratando de produto cujas especificações técnicas já tenham sido avaliadas em processos anteriores, ou cuja qualidade e durabilidade já tenham sido atestadas pelas unidades deste TRF, fica facultada à Administração a dispensa de apresentação da amostra, desde que sejam encaminhados prospectos, ou catálogos, contendo todas as características técnicas do material.

8.4.7 - A licitante que não apresentar as amostras dentro do prazo estipulado, terá a sua proposta recusada para efeito de julgamento, bem como a conduta será entendida como retardamento da execução do certame, nos termos do art. 28 do Decreto 5.450/2005.

8.4.8 - Na hipótese de não aceitação da amostra apresentada, a proposta será recusada e será convocada a autora da segunda melhor proposta para apresentar sua amostra, e assim sucessivamente, devendo ser observadas todas as obrigações imputadas à primeira colocada, no tocante à apresentação de amostras.

8.4.9 - A convocação dar-se-á por meio eletrônico, por intermédio do endereço de e-

mail indicado pela licitante em seu cadastro no Portal de Compras Governamentais ou ainda pelo *chat* do Pregão Eletrônico, valendo como comprovante da convocação qualquer documento gerado por essas correspondências.

8.4.10 - A amostra apresentada vincula o fornecedor ao produto em todas as suas características, ainda que estas não estejam todas descritas no edital, não sendo permitidas alterações posteriores à aprovação.

8.4.11 - A não retirada das amostras reprovadas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da divulgação do resultado da licitação, ou após a ocorrência do recebimento definitivo para as amostras aprovadas, será considerado abandono da propriedade, conforme dispõe o art. 1.275, III, do Código Civil Brasileiro, cabendo ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidir sobre a sua destinação.

8.5 - Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início de entrega dos materiais ofertados.

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

9.2 - O TRIBUNAL REGIONAL DA 1ª REGIÃO – TRF1 será o Órgão Gerenciador e os Órgãos: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – CAMPUS ITAITUBA, JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/AM, 2º BATALHÃO DE INFANTARIA DE FUZILEIROS NAVAIS, SECRETARIA GERAL DO EXERCITO/MEX/DF, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF, BGP-BATALHAO DE GUARDA PRESIDENCIAL/ME, JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/GO, JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – PA, COMANDO DA 11A. REGIAO MILITAR-MEX/D, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/RR, participantes desta ARP.

9.3 - Homologado o resultado da licitação e disponibilizada a Ata de Registro de preços, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a licitante vencedora, observado o disposto no art. 11 do Decreto 7.892/13, deverá assiná-la eletronicamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do envio da notificação, que será expedida para o e-mail indicado na proposta de preços, nos termos da alínea “b”, subitem 5.2 do Edital, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado.

9.4 - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

9.5 - Não serão admitidas adesões à ARP, por órgãos não participantes deste Certame, nos termos do Acórdão 1297/2015 TCU-Plenário.

9.6 - Informações da Ata serão disponibilizadas no Portal de Compras Governamentais e no sítio do Tribunal – <http://portal.trf1.jus.br/portalf1/transparencia/licitacoes-e-compras/compras.htm>.

9.7 - O extrato da Ata de Registro de Preços será divulgado em órgão oficial da Administração, até a completa adequação do Portal de Compras Governamentais.

9.8 - Os preços registrados poderão ser revistos, obedecidas às disposições contidas nos arts. 17 do Decreto 7.892/2013 e 65, alínea "d", inciso II, da lei 8.666/1993.

9.9 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93, ou no art. 7º da Lei 10.520/02; e

e) tiver presentes razões de interesse público.

9.10 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

9.11 - Será realizada pesquisa de preços para comprovação da vantajosidade da contratação, conforme o disposto no inciso XI art. 9º do Decreto nº 7.892/13, quando decorridos 04(quatro) meses da homologação da licitação ou da data da última aquisição.

9.12 - A figuração do licitante no cadastro reserva não obriga a administração à contratação.

10 - DA NOTA DE EMPENHO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 - Será emitida Nota de Empenho em favor da licitante vencedora do certame, a qual tomará por base os dispositivos da Lei nº 8.666/93, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela empresa adjudicatária.

10.2 - Após regular convocação por parte do Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou do Órgão Participante, **a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para retirar ou confirmar o recebimento da Nota de Empenho**; sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital.

10.3 - A entrega dos materiais, do TRF deverá ser agendada previamente pelo

telefone (61) 3314-1971 e dos Órgãos Participantes **será de acordo com o subitem 6.5 do Anexo I deste Edital**. E ser efetuada em dias úteis, no horário de expediente normal deste Tribunal, no prazo não superior àquele estabelecido na proposta da licitante, **nos termos do subitem 5.2, alínea “f”**, no endereço: **SAU/SUL QUADRA 01, BLOCO C, EDIFÍCIO SEDE 1 – Praça dos Tribunais Superiores – Brasília-DF**, acompanhados da nota fiscal correspondente, contendo:

a) indicação do banco, da agência e do número da conta-corrente em que o pagamento deverá ser efetuado;

b) se for o caso, o número de série dos produtos entregues e o prazo de garantia ofertado.

10.3.1 - A licitante vencedora deverá providenciar às suas expensas o transbordo da mercadoria, dadas às condições do trânsito, e dificuldades relativas à localização do depósito da DIMAP.

10.3.1.1 - A descarga do material, sua alocação no destino – depósito - e o custo relativo a essas despesas serão de responsabilidade da licitante vencedora, que deve avaliar a necessidade de emprego de maquinário e mão de obra para a execução dos trabalhos.

10.3.1.2 - Será facultada às licitantes, visita ao local da entrega para análise das condições informadas. A visita deverá ser previamente agendada com os servidores Olavo de Carvalho Pereira ou Luiz Xavier de Oliveira, pelos telefones: (61) 3314-1973 ou 3314-1980.

10.4 - Em caso de comprovada superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade do adjudicatário e que altere substancialmente as condições de seu cumprimento, será examinado pedido de prorrogação.

10.5 - O pedido, formulado com as pertinentes razões, acompanhado de comprovante do alegado, deverá ser dirigido a **Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP ou ao Setor Responsável dos Órgãos Participantes, no endereço acima, antes do término do prazo inicialmente estipulado, ficando a critério do ordenador de despesas acolher ou não o requerimento da contratada.**

10.6 - Os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente, no ato da entrega pelo fornecedor, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações técnicas previstas no edital, na proposta da Adjudicatária e demais condições estabelecidas neste Edital.

b) definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento provisório, mediante atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is), após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue e consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

10.6.1 - Os bens serão rejeitados, caso não estejam em conformidade com os termos da contratação.

10.7 - Os bens serão recusados quando entregues com especificações técnicas inferiores às contidas neste Edital, ou às contidas na proposta da Licitante, ou, ainda, com especificações técnicas em desacordo ao que fora apresentado ao Contratante a título de amostra.

10.7.1 - O lote inteiro será devolvido, caso mais de 10% (dez por cento) dos bens entregues seja recusado.

10.7.2 - Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

10.8 - O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilatação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Contratante.

10.9 - A empresa adjudicatária, durante o período de garantia, obriga-se a substituir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação, o material em que forem verificados defeitos ou vícios, ou ainda na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento. Findo este prazo será aplicado o que disciplina o subitem 12.6.

10.10 - A empresa adjudicatária deverá fornecer somente produtos que atendam integralmente as características e especificações consignadas em sua proposta comercial, bem como observar as condições e prazos propostos, assumindo toda e qualquer responsabilidade por sua integridade.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou o **Órgão Participante** promoverá o crédito da quantia ajustada na conta bancária da contratada por meio de ordem bancária, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento definitivo ou do atesto da nota fiscal.

11.2 - Quando o valor for inferior ao limite estabelecido no inciso II do artigo 24, da Lei 8.666/93, esse prazo será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo ou atesto da nota fiscal.

11.3 - Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a contratada adote as medidas saneadoras. Voltará a correr o prazo definido nos itens 11.1 e 11.2, após a contratada ter solucionado o problema.

11.4 - Poderá o Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou o Órgão Participante, deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela contratada.

11.5 - Ocorrendo atraso no pagamento, serão devidos à Contratada, juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, sendo adotado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA como critério de atualização monetária; conhecido quando da emissão da fatura, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

11.6 - Sob pena de decair do direito, a contratada terá prazo máximo de 10 (dez) dias úteis; contado da data em que receber o pagamento com atraso, para apresentar o documento de cobrança referente aos juros de mora, devendo apresentar, juntamente com a nota, a memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

11.7 - Em se tratando de produtos importados, fica reservado ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou os Órgãos Participantes o direito de solicitar a 4ª (quarta) via da Guia de Importação relativa aos mesmos, de modo a que possa realizar as verificações julgadas necessárias.

11.8 - Sendo a contratada optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá a mesma apresentar o respectivo termo de opção (original ou cópia autenticada) juntamente com o documento de cobrança.

11.9 - A contratada deverá retirar a Declaração de Imposto Retido na Fonte – DIRF, referente aos Tributos Federais no início do exercício seguinte, na página do Tribunal na internet (“www.trf1.jus.br”) ou no e-mail diefi@trf1.jus.br.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos (art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 28 do Decreto 5.450/2005).

12.2 - A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

12.3 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

12.4 - O atraso injustificado na devolução da Ata de Registro de Preços assinada sujeitará a licitante à multa diária de **0,1% (um décimo por cento)** calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).

12.5 - Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços, nos termos **do subitem 5.2 deste Edital** ou a assinar a Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em

consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea "b" do subitem 12.1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a sanção prevista na alínea "c" do subitem 12.1.

12.6 - O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso, conforme critério de prazo estabelecido, calculada sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 10 (dez) horas, para os prazos em horas, e 10 (dez) dias os prazos em dias. Após esses prazos, a multa por hora ou dia passa a ser de **1% (um por cento)**, até o limite de **8% (oito por cento)**.

12.7 - Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 12.6.

12.8 - A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de **15% (quinze por cento)** sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado.

12.9 - A Contratada, **quando não puder cumprir os prazos estipulados** para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, **deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação**, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração **em documento contemporâneo à sua ocorrência**.

12.9.1 - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao **Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado**, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

12.9.2 - O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste item será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

12.10 - Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 12.6.

12.11 - O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).

12.12 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla

defesa.

12.13 - O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

13 - DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo da recorrente. Observe-se que **os recursos deverão ser formalizados, exclusivamente, por meio eletrônico**, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras Governamentais.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

13.3 - Os recursos contra a decisão da Pregoeira não terão efeito suspensivo.

13.4 - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação, rescisão do contrato, bem como contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

13.5 - Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio de expediente escrito dirigido à Pregoeira, exclusivamente na forma eletrônica, para o e-mail nulit@trf1.jus.br, observada a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.

13.6 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.

13.7 - A impugnação, feita tempestivamente, será decidida pela Pregoeira, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, dos Órgãos Participantes ou a eles provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

15.2 - O Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderá adiar ou revogar a presente licitação; por interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 29 do Decreto nº 5.450/2005.

15.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4 - Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (ata, contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras Governamentais, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

15.4.1 - A licitante responsabiliza-se pela manutenção do e-mail informado;

15.4.2 - A inobservância do disposto acima, não isenta a licitante por ônus decorrente da perda de negócios em razão do não recebimento da comunicação/informação/notificação.

15.5 - Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na “homepage” do Tribunal (www.trf1.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

15.6 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do Certame, exclusivamente por meio eletrônico (nulit@trf1.jus.br).

15.7 - ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, **os representantes das empresas vencedoras, de que trata a alínea “b”, subitem 5.2 (DO ENVIO DAS PROPOSTAS)**, após a homologação do Certame, **deverão obrigatoriamente**, se cadastrar, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, no acesso externo do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** no endereço:

https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_org_ao_acesso_externo=0, **para assinatura digital da Ata de Registro de Preços**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 12.5 deste Edital.

15.7.1 - Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

15.8 - Maiores informações poderão ser obtidas no Núcleo de Licitações do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, localizada no 2º Andar do Ed. Anexo I - SAS Quadra 01 Bloco C, Brasília/DF, CEP 70.070-900, telefones (61) 3410-3411 / 3410-3412 ou 3410-3414.

15.9 - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes Anexos:

ANEXO I - SINTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PLANILHA PARA FORMULAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Brasília-DF, 11 de janeiro de 2018.



Elizete Ferreira Costa
Pregoeira

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2018

SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a aquisição de PAPEL A4 - branco e reciclado - que garantirá o atendimento da demanda e ressuprimento dos estoques da Divisão de Material e Patrimônio deste Tribunal, (como Órgão gerenciador) e demais Órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Anexo.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a aquisição pela necessidade em ressuprir o estoque regular do almoxarifado do TRF1, através de ARP válida e vigente, que é um instrumento de contratação célere e eficaz nas aquisições públicas.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, com sede em **BRASÍLIA-DF**.

3.2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – CAMPUS ITAITUBA
JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/AM
2º BATALHÃO DE INFANTARIA DE FUZILEIROS NAVAI
SECRETARIA GERAL DO EXERCITO/MEX/DF
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF
BGP-BATALHAO DE GUARDA PRESIDENCIAL/ME
JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/GO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – PA
COMANDO DA 11A. REGIAO MILITAR-MEX/D
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/RR

4. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES PARA REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	SICAM	BR SIAG	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	
					POR ÓRGÃO	QUANT. TOTAL

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

01 COTA PRINCIPAL	30.16.032.008	0301873	<p>PAPEL A4, PAPEL RECICLADO, 297 MM, 210 MM, IMPRESSORA LASER E JATO DE TINTA, 75 G/M2. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, cor natural, 100% reciclado, produzido a partir de aparas pré e pós-consumo, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas contendo 05 ou 10 resmas.</p>	RES	IFPA - CAMPUS ITAITUBA	1.000	9.800
					SJAM	3.000	
					SGEx	1.000	
					BGP	200	
					SJGO	3.000	
					COMANDO DA 11A. REGIAO MILITAR-MEX/DF	1.000	
					SJRR	600	
02 COTA PRINCIPAL	30.16.032.010	0223185	<p>PAPEL IMPRESSÃO, CELULOSE VEGETAL, A4, 75 G/M2, 297 MM, FOTOCÓPIA, BRANCA, 210 MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, (alvura mínima de 90%), alcalino, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas contendo 05 ou 10 resmas.</p>	RES	TRF1	10.350	162.250
					IFPA - CAMPUS ITAITUBA	500	
					SJAM	1.000	
					2º BATALHÃO INFANTARIA DE FUZILEIROS NAVAIS	5.000	
					SGEx	5.000	
					TJDFT	86.000	
					STM	3.000	
					BGP	500	
					SJGO	10.000	
					JFPA	7.300	
					COMANDO DA 11A. REGIAO MILITAR-MEX/DF	3.000	
					TJPA	30.000	
					SJRR	600	

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

03 COTA RESERVADA do ITEM 02	30.16.032.010	0223185	<p>PAPEL IMPRESSÃO, CELULOSE VEGETAL, A4, 75 G/M2, 297 MM, FOTOCÓPIA, BRANCA, 210 MM.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, (alvura mínima de 90%), alcalino, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas, contendo 05 ou 10 resmas.</p>	RES	TRF1	3.450	3.450
04 COTA RESERVADA do ITEM 01	30.16.032.008	0301873	<p>PAPEL A4, PAPEL RECICLADO, 297 MM, 210 MM, IMPRESSORA LASER E JATO DE TINTA, 75 G/M2.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, cor natural, 100% reciclado, produzido a partir de aparas pré e pós-consumo, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas contendo 05 ou 10 resmas.</p>	RES	TRF1	1.600	1.600

*Os itens 03 e 04 representam as cotas destinadas exclusivamente às ME e EPP, em consonância com o artigo 8º do Decreto 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo

nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

4.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

4.2. Para fins de cotação, (formação de preços) e entrega do material deverá ser obedecida a descrição completa do bem, sendo a descrição do SIASG (código BR) meramente referencial.

4.2.1. Será de inteira responsabilidade das empresas participante a observância dos critérios estabelecidos nos itens anteriores, não sendo admitida a alegação de enganos ou erros, posteriores à apresentação das propostas de preços, bem assim no momento da entrega. Ficando a empresa sujeita ao disposto no subitem 12.6 deste Edital, sem prejuízos das demais penalidades impostas pela legislação vigente.

5. DA GARANTIA/EXECUÇÃO DA GARANTIA

5.1. A empresa deverá oferecer garantia contra defeito de fabricação não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pelo TRF.

5.1.1. A empresa durante o período de garantia assume, e se compromete a substituir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 15(quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação, o material em que forem verificados defeitos ou vícios, ou ainda na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento.

6. DO PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA

6.1. O prazo de entrega do material será de no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho.

6.2. A entrega dos materiais deverá ser efetuada com a apresentação da correspondente nota fiscal, no prazo estipulado e nas quantidades indicadas na nota de empenho, em dias úteis, no horário de expediente normal dos respectivos órgãos participantes, **ou nos endereços informados, conforme detalhamento no subitem 6.5 deste Anexo.**

6.3. Para a realização da entrega do TRF1, caso seja necessário, a licitante vencedora deverá providenciar às suas expensas o transbordo da mercadoria até o local da entrega, dadas as condições do trânsito, e dificuldades relativas à localização do depósito da DIMAP/TRF1.

6.3.1. A descarga do material, sua alocação no destino – depósito - e o custo relativo a essas despesas serão de responsabilidade da licitante vencedora, que deve avaliar a necessidade de emprego de maquinário e mão de obra para a execução dos trabalhos.

6.3.2. Será facultada às licitantes, visita ao local da entrega no TRF1, para análise das condições informadas. A visita deverá ser previamente agendada com os servidores Olavo de Carvalho Pereira ou Luiz Xavier de Oliveira, pelos telefones: (61) 3314-1973 ou 3314-1980.

6.4. Os paletes a serem utilizados nas entregas do TJDFT deverão, na sua parte frontal, ser livres de contato com o solo para permitir a entrada de garfos de empilhadeira que possui a seguinte configuração: largura total dos braços de 690 mm; largura de cada garfo de 70 mm e comprimento do garfo de 1150 mm.

6.4.1. Será facultada às licitantes visita ao local da entrega no TJDFT, para análise das condições informadas. A visita deverá ser previamente agendada com os servidores Wilton Rosa da Silva ou Vicente de Paulo Bandeira David, pelos telefones: (61) 3103-3602 ou 3103-3607.

6.5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES/LOCAIS PARA ENTREGA

Órgão /Nome	UASG nº	Endereço para entrega
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO EM BRASÍLIA-DF.	090027	SAU/SUL Quadra 01, Bloco C, Edifício Sede 1 – Praça dos Tribunais Superiores – Brasília-DF, devendo ser agendada previamente pelo telefone 61 - 3314 1971, Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP (Item 09). Email: dimap@trf1.jus.br
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – CAMPUS ITAITUBA	158567	Campus Itaituba Rua Universitário S/N, Bairro Maria Magdalena - Município de Itaituba/PA. Horário de funcionamento das 08h00min às 12h00min da manhã e das 14h00min às 18h00min da tarde, de segunda a sexta-feira. Contato: Edalmi Rodrigues da Silva E-mail: Compras.itaituba@ifpa.edu.br Telefone: 93 -99132-4536
JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/AM	090002	Seção de Material e Patrimônio (SEMAP) Avenida André Araújo, nº 25, CEP 69060-000, bairro Aleixo, Manaus/AM Edifício Waldemar Pedrosa, 2º andar. Contato: Claudio Fabiano Valente Mortagua Email: claudio.mortagua@trf1.jus.br Telefone: 92 3612-3323
2º BATALHÃO DE INFANTARIA DE	795130	Estrada do Quilomb o, s/nº, Bananal. Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21.911-010,no

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

FUZILEIROS NAVAIS		horário das 09:00 às 15:30 horas.
SECRETARIA GERAL DO EXERCITO/MEX/DF	160090	Almoxarifado da Secretaria-Geral do Exército Av do Exército, S/N, Quartel General do Exército, Bloco "A" Subsolo. Horário das 9:00 h às 11:30 h e das 13:00 h às 16:30 de segunda a quinta-feira, e na sexta-feira das 08:00 às 11:30hs. Responsável pelo recebimento: 2º Ten Rildo, mediante agendamento-telefone (61) 3415-4795 / 4968 E-mail: almoxarifadosgex@hotmail.com onde será verificada a conformidade entre o que foi empenhado, constante da nota de empenho e o que está sendo executado. Dúvidas referentes a nota de empenho serão sanadas na SG/4 – SALC-SGEx, através do telefone (61) 3415-5355 / 5375, e-mail: sg4_salc@sgex.eb.mil.br.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	100001	Endereço: SAAN, Quadra 04, lote 1015, galpão 1, Brasília – DF, CEP: 70.632-400, devendo ser agendada previamente pelo telefone 61 – 3103-3602 ou 3103-3607, Núcleo de Bens de Consumo - NUBEC. Responsável Técnico: Nome: Wilton Rosa da Silva E-mail: wilton.silva@tjdft.jus.br Telefone: 61 3103-3602
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF	060001	Endereço: SAS, Praça dos Tribunais Superiores, bloco "B", edifício-sede do STM, subsolo, Brasília/DF - CEP: 70098-900. O material será recebimento por servidor lotado na Seção de Administração do Material (SEMAT), da Diretoria de Administração (DIRAD), telefone: 61 3313-9188, localizada no subsolo do edifício-sede do STM. Responsável Técnico: José Carlos Monteiro dos Santos E-mail: semat@stm.jus.br Telefone: 61 - 3313-9188
BGP-BATALHAO DE GUARDA PRESIDENCIAL/ME	160059	Av. Duque de Caxias, s/n, Setor Militar Urbano - SMU - Brasília/DF. O responsável pelo recebimento dos materiais será a Seção de Almoxarifado do BGP, mediante agendamento através do telefone (61) 3415-7271.
JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/GO	090022	Almoxarifado Central Rua 804, nº 19, Jardim Moema, Goiânia/GO- CEP 74.633-120. (Recebimentos somente das 09:00 às 16:00 horas). - Responsável Técnico Nome: Antônia Graciana Madureira Costa E-mail: semap.go@trf1.jus.br

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

		Telefone: 62-32261508
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – PA	090003	BELÉM Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém – PA. CEP: 66055-210. Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
		SANTARÉM Avenida Barão do Rio Branco, 1893, Bairro Jardim Santarém, Santarém/PA. CEP: 68.005-396 Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
		MARABÁ Travessa Ubá, s/n – Bairro Amapá - Marabá/PA. CEP: 68502-008. Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
		ALTAMIRA Av. Tancredo Neves, 100 - Bairro Premem, Altamira/PA. CEP: 68.372-060. Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
		REDENÇÃO Av. Independência, lote nº 11, Quadra 34 - Bairro Centro, Redenção - PA. CEP: 68.553-055. Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
		TUCURUI Rua 01, nº 51, Bairro Jardim, Marilucy, 2º Piso, Tucuruí/PA. CEP: 68.459-490. Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
		ITAITUBA Av. Paes de Carvalho, S/N, Centro, Itaituba/PA. CEP: 68.180-060. Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
		PARAGOMINAS Av. Portugal, 3 - QD 03 - Bloco 05 - Modulo II-

		Paragominas/PA. CEP: 68.626-080. Contato: IZABEL AMORIM E-mail Selit.pa@trf1.jus.br Telefone: 91-3299-6156/6207/6168
COMANDO DA 11A. REGIAO MILITAR-MEX/D	160065	Almoxarifado do Comando da 11ª Região Militar Avenida do Exército, Bloco S/N, Setor Militar Urbano, Brasília/DF Contato: Rogério de Moraes Silva Júnior E-mail: rogerio_junior@11rm.eb.mil.br Telefone: (61)2035-2273
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	925942	Almoxarifado Central, em dias úteis, no horário 8h as 16h. Endereço: Rodovia Augusto Montenegro, 4950, KM 04, Bairro Parque Verde, CEP: 66.635-110, Belém/PA. Contato: Amanda Caroline Pinheiro Dos Santos E-mail: amanda.pinheiro@tjpa.jus.br Telefone: 91 3205-3184 ou 91 3205-3287
JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/RR	090039	Av. Getúlio Vargas, 3999, Bairro: Canarinho, Boa Vista/RR. Contato: Pedro Ernesto Lopes Justen E-mail: semap.rr@trf1.jus.br Telefone: 095 2121-4221

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os materiais sejam entregues nas dependências do TRF-1, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, entre outros.

7.2. Entregar o material solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho.

7.3. Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações dos objetos, cuja entrega foi embargada, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

7.4. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados ao Tribunal e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos trabalhos de entrega.

8. DOS CRITÉRIOS SUSTENTABILIDADE

8.1. Foi adotada a certificação **CERFLOR (INMETRO)** buscando atender as diretrizes de sustentabilidade ambiental, estabelecidas para as aquisições realizadas pela Administração pública.

8.2. Como alternativa à preservação do caráter competitivo do certame e visando ampliar a competitividade às diversas empresas do ramo serão aceitos também produtos que possuam o selo FSC, que é emitido pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil.

8.3. O CERFLOR visa à certificação do manejo florestal e da cadeia de custódia, segundo o atendimento dos critérios e indicadores - aplicáveis para todo o território nacional - prescritos nas normas elaboradas pela ABNT e integradas ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade e ao INMETRO.

8.4. A contratada deverá entregar o material acondicionado em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, conforme Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. Permitir acesso do pessoal técnico da empresa licitante às dependências do TRF- 1ª Região para a entrega e/ou troca do objeto contratado, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

9.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto desta contratação.

9.3. Designar um servidor do seu quadro de pessoal para receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

9.4. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto desta contratação, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

9.5. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

9.6. Recusar o recebimento do objeto que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;

9.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da administração deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;

9.9. O representante da administração deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e

descumprimento de dispositivos constantes deste Termo, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.



ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2018

MODELO DE PLANILHA PARA FORMULAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UN.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01 COTA PRINCIPAL	9.800	RES	<p>PAPEL A4, PAPEL RECICLADO, 297 MM, 210 MM, IMPRESSORA LASER E JATO DE TINTA, 75 G/M2.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, cor natural, 100% reciclado, produzido a partir de aparas pré e pós-consumo, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas contendo 05 ou 10 resmas.</p> <p>Marca/Modelo:</p>		
02 COTA PRINCIPAL	162.250	RES	<p>PAPEL IMPRESSÃO, CELULOSE VEGETAL, A4, 75 G/M2, 297 MM, FOTOCÓPIA, BRANCA, 210 MM.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, (alvura mínima de 90%), alcalino, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas contendo 05 ou 10 resmas.</p> <p>Marca/Modelo:</p>		

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ITEM	QUANT.	UN.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03 COTA RESERVADA do ITEM 02	3.450	RES	<p>PAPEL IMPRESSÃO, CELULOSE VEGETAL, A4, 75 G/M2, 297 MM, FOTOCÓPIA, BRANCA, 210 MM.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, (alvura mínima de 90%), alcalino, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas, contendo 05 ou 10 resmas.</p> <p>Marca/Modelo:</p>		
04 COTA RESERVADA do ITEM 01	1.600	RES	<p>PAPEL A4, PAPEL RECICLADO, 297 MM, 210 MM, IMPRESSORA LASER E JATO DE TINTA, 75 G/M2.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: (laser ou jato de tinta) copiadora ou duplicadora, cor natural, 100% reciclado, produzido a partir de aparas pré e pós-consumo, fibra longitudinal, certificado de acordo com os princípios da FSC e/ou CERFLOR, embalado em pacotes resistentes à umidade com revestimento BOPP (plástico polipropileno bi-orientado), impresso com as devidas informações do produto e fabricante, contendo 500 folhas, acondicionados em caixas de papelão resistente, com tampa, rotuladas contendo 05 ou 10 resmas.</p> <p>Marca/Modelo:</p>		

* Os itens 03 e 04 representam a cota destinada exclusivamente às ME e EPP, em consonância com o artigo 8º do Decreto 8.338/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de

consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

OBSERVAÇÕES:

1 - Além das condições constantes do subitem 5.2 deste Edital, deverão constar da proposta os seguintes dados:

DO REPRESENTANTE LEGAL que assinará a Ata:

- a) nome completo:
- b) carteira de identidade:
- c) CPF:
- d) e-mail:
- e) telefone:
- f) celular:
- g) domicílio:

No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF, a licitante vencedora deverá anexar cópia da procuração ou contrato social que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

2 - ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, **os representantes das empresas vencedoras, de que trata a alínea “b”, subitem 5.2 (DO ENVIO DAS PROPOSTAS)**, após a homologação do Certame, **deverão obrigatoriamente**, se cadastrar, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, no acesso externo do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** no endereço:

https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_org_ao_acesso_externo=0, **para assinatura digital da Ata de Registro de Preços**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 12.5 deste Edital.

2.1 - Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital. Dessa forma, o Tribunal se reserva o direito de solicitar a assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, caso essa opção venha a ser exigida, as empresas deverão requerer seu login e senha.

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2018

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, Bloco "A" – Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF n. 03.658.507/0001-25, representado pelo _____, Dr. _____, nos termos das Leis n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e demais normas legais aplicáveis, obedecidas as disposições contidas no instrumento convocatório e em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n. _____/20__, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário _____, estabelecido no _____, inscrito no CNPJ sob o n. _____, representado pelo Sócio, _____, conforme abaixo:

ITEM	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1			
Especificação:			
2			
Especificação:			

Este Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura pelas partes, instante a partir do qual o instrumento será considerado apto a produzir seus jurídicos efeitos. O extrato desta Ata será publicado em órgão oficial da Administração, até que esteja disponibilizado campo para publicação no Portal de Compras do Governo Federal.

As especificações técnicas e demais exigências constantes do Decreto n. 7.892/13, no Processo Administrativo n. _____ e Pregão Eletrônico n. _____ integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou do Órgão Participante e do Fornecedor Beneficiário.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

(Nome do Representante Legal)